

Prioridades Pastorais a partir das Assembleias Sinodais Arciprestais



ESCUTAR, DISCERNIR E CAMINHAR JUNTOS



DIOCESE DE VILA REAL - 2026

Conteúdo

Introdução	3
Nota metodológica	5
Da escuta às prioridades pastorais	6
1. Promover uma Igreja verdadeiramente sinodal	6
2. Reforçar a participação e a corresponsabilidade dos leigos	7
3. Investir na formação	9
4. Dar prioridade aos jovens e às famílias	10
5. Melhorar a comunicação e o trabalho em rede	12
6. Renovar as estruturas de participação	13
7. Construir comunidades mais acolhedoras e missionárias	14
8. Promover a unidade e diversidade na fidelidade à missão	16
9. Garantir maior transparência e boa governação	18
Conclusão	20

Introdução

“Caminhar juntos” constitui a vocação própria da Igreja. A sinodalidade não representa apenas um método de trabalho nem uma estratégia pastoral; exprime a identidade mais profunda da Igreja enquanto Povo de Deus convocado pelo Senhor para viver a comunhão, participar corresponsavelmente na sua missão e discernir, à luz do Espírito Santo, os caminhos da evangelização¹.

Foi neste horizonte eclesial que a Diocese de Vila Real promoveu, no primeiro semestre de 2026, a realização de oito Assembleias Sinodais Arciprestais, envolvendo os arciprestados do Alto Tâmega, Baixo Tâmega, Terra Fria, Centro I, Centro II, Douro I, Douro II e Terra Quente, abrangendo os catorze concelhos que integram o território diocesano. Estes encontros constituíram uma expressão concreta da receção do caminho sinodal na Igreja local, afirmando-se como espaços privilegiados de comunhão, escuta recíproca e discernimento comunitário.

Participaram neste percurso 441 leigos, 44 sacerdotes e oito religiosas, representando a diversidade de vocações, ministérios, serviços e carismas presentes na Diocese. A significativa participação dos fiéis leigos, em estreita colaboração com os ministros ordenados e a vida consagrada, tornou visível uma autêntica eclesiologia de comunhão, na qual todos os batizados, em virtude da dignidade comum recebida no Batismo, são chamados a participar corresponsavelmente na missão evangelizadora da Igreja².

Mais do que simples momentos de consulta, estas assembleias constituíram uma verdadeira experiência eclesial de escuta e discernimento. Procuraram favorecer uma cultura sinodal alicerçada na ação do Espírito Santo, no diálogo entre as diferentes sensibilidades e na procura partilhada de respostas para os desafios pastorais da realidade diocesana. Deste modo, a sinodalidade revelou-se não apenas como um método de trabalho, mas como um modo concreto de ser Igreja, colocando a participação de todos ao serviço da comunhão, da missão e da renovação pastoral³.

Ao longo deste percurso, as assembleias transformaram-se em autênticos espaços de encontro, oração e discernimento comunitário. Mais do que cumprir uma etapa do processo sinodal, procuraram criar condições para que cada participante pudesse oferecer o contributo da sua experiência de fé, da sua inserção na vida das comunidades e da sua leitura dos desafios e oportunidades que hoje interpelam a missão evangelizadora. A

¹ Cf. Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja* (Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2018), n.os 1-6; XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, *Documento Final* (Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2024), n. 28.

² Cf. Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (21 de novembro de 1964), n.os 9-13 e 30-38.

³ Cf. Francisco, Discurso por ocasião da Comemoração do 50.º Aniversário da Instituição do Sínodo dos Bispos (17 de outubro de 2015); Francisco, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013), n.os 30-33.

escuta do Espírito Santo, através da voz de todo o Povo de Deus, constituiu o verdadeiro centro deste caminho⁴.

Este percurso inscreve-se na renovação eclesiológica iniciada pelo Concílio Vaticano II, que reconheceu a dignidade comum de todos os batizados e apresentou a Igreja como Povo de Deus peregrino na história⁵. Essa visão encontrou novo impulso no pontificado do Papa Francisco, que fez da sinodalidade um dos eixos fundamentais da renovação pastoral da Igreja, convidando todas as comunidades a crescer na comunhão, na participação e na missão⁶.

O pontificado do Papa Leão XIV veio confirmar e aprofundar este caminho sinodal. Desde os primeiros momentos do seu ministério petrino, o Santo Padre manifestou o desejo de uma Igreja missionária, capaz de construir pontes, promover uma autêntica cultura do diálogo⁷ e viver a comunhão como expressão da sua identidade e missão. Em continuidade com o magistério do Papa Francisco e com o caminho traçado pela XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, Leão XIV tem reafirmado que a sinodalidade não pode ser reduzida a uma questão de organização ou de distribuição de competências. Pelo contrário, nasce da escuta da Palavra de Deus, da docilidade ao Espírito Santo e da corresponsabilidade de todos os batizados na missão evangelizadora⁸. Deste modo, a sinodalidade afirma-se como um modo permanente de viver a comunhão, a participação e a missão da Igreja. Como afirmou no II Consistório Extraordinário: “A questão da sinodalidade não é primordialmente: ‘Quem tem o poder de decidir?’. A questão é mais profunda: ‘Como podemos, juntos, salvaguardar o dom que o Senhor confiou à sua Igreja?’ (...) Quando essa questão se torna o foco do nosso discernimento, também os temas da autoridade, da responsabilidade partilhada e da tomada de decisões encontram o seu devido lugar, iluminados pela nossa missão comum e pela fidelidade comum ao Evangelho”⁹.

Estas palavras iluminam de forma particular o caminho percorrido na Diocese de Vila Real. As Assembleias Sinodais Arciprestais procuraram precisamente colocar no centro a escuta do Espírito, o discernimento comunitário e a procura comum da vontade de Deus para a Igreja diocesana. Mais do que identificar dificuldades ou recolher propostas, favoreceram o crescimento de uma cultura de comunhão, participação e

⁴ Cf. Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 2 de março de 2018, n.os 68-70.

⁵ Cf. Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, n.os 9-17.

⁶ Francisco, Documento Preparatório do Sínodo «Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão» (2021); XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, *Documento Final* (2024), n.os 43-52.

⁷ Cf. Leão XIV, Saudação aos fiéis após a eleição para a Sé de Pedro, Basílica de São Pedro, 8 de maio de 2025; Leão XIV, Homília na Missa de Início do Ministério Petrino, Praça de São Pedro, 18 de maio de 2025.

⁸ Cf. Leão XIV, Discurso aos cardeais, *II Consistório Extraordinário*, 27 de junho de 2026.

⁹ *Ibidem*

corresponsabilidade, onde cada pessoa se reconhece verdadeiramente chamada a contribuir para a missão evangelizadora da Igreja¹⁰.

A síntese que agora se apresenta recolhe o essencial da reflexão desenvolvida ao longo deste percurso. Nela convergem as principais preocupações, interpelações, desafios e sinais de esperança identificados pelos participantes, constituindo um importante instrumento de discernimento pastoral para o futuro da Diocese. Mais do que um relatório, este documento pretende ser memória de um caminho vivido em conjunto e, simultaneamente, ponto de partida para novas etapas de conversão pastoral, na certeza de que a sinodalidade constitui um processo permanente através do qual o Espírito Santo continua a renovar a Igreja e a conduzi-la na fidelidade ao Evangelho¹¹.

Nota metodológica

A presente síntese resulta do processo de escuta, discernimento e reflexão desenvolvido nas oito Assembleias Sinodais Arciprestais promovidas pela Diocese de Vila Real no primeiro semestre de 2026.

A sua elaboração teve como principal referência as sínteses finais produzidas por cada arciprestado, nas quais foram sistematizados os contributos recolhidos durante as respetivas assembleias. Foram igualmente considerados os elementos provenientes das partilhas realizadas nos grupos de trabalho, das intervenções apresentadas nos momentos plenários e das observações registadas ao longo de todo o processo de escuta comunitária.

A metodologia adotada procurou respeitar a riqueza e a diversidade das diferentes realidades pastorais da Diocese, valorizando não apenas as propostas concretas apresentadas, mas também as preocupações, desafios, intuições e sinais de esperança que emergiram da reflexão comum. A recorrência de determinados temas em vários arciprestados permitiu identificar um conjunto de prioridades pastorais partilhadas, enquanto as especificidades de cada território contribuíram para evidenciar a pluralidade das situações e a necessidade de respostas diferenciadas.

Importa, por isso, esclarecer que este documento não pretende constituir uma simples compilação das propostas apresentadas, nem reproduzir integralmente todas as intervenções realizadas durante as assembleias. Trata-se de uma síntese interpretativa, elaborada a partir de um processo de discernimento pastoral, que procurou identificar os principais eixos convergentes da escuta do Povo de Deus, articulando-os com o caminho sinodal da Igreja e com os desafios concretos da Diocese de Vila Real.

A organização do conteúdo em nove eixos pastorais resulta de uma leitura transversal dos diferentes contributos recolhidos. Mais do que estabelecer uma hierarquia de prioridades, pretende oferecer uma visão integrada das interpelações que surgiram ao longo do

¹⁰ Cf. Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 2 de março de 2018, n.os 72-75; XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, *Documento Final* (2024), n.os 81-87.

¹¹ Cf. XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, *Documento Final* (2024), n.os 108-112.

processo sinodal, favorecendo uma compreensão coerente da realidade pastoral diocesana e orientando o discernimento sobre os passos a dar.

Este documento não se limita, por isso, a descrever o percurso realizado. Procura disponibilizar um verdadeiro instrumento de reflexão, discernimento e planeamento pastoral, capaz de apoiar a Diocese na definição das suas prioridades e na consolidação

de um estilo eclesial cada vez mais marcado pela comunhão, pela participação e pela missão.

Permanece igualmente o propósito de ser fiel à riqueza da escuta realizada, acolhendo a diversidade das vozes que participaram neste caminho, sem perder de vista o horizonte mais amplo da missão evangelizadora da Igreja. As propostas agora apresentadas constituem, por isso, um ponto de partida para o discernimento pastoral da Diocese e não um ponto de chegada, conscientes de que o caminho sinodal permanece aberto e exige um compromisso contínuo de escuta do Espírito Santo, de conversão pastoral e de corresponsabilidade de todo o Povo de Deus.

Da escuta às prioridades pastorais

A leitura transversal dos contributos recolhidos nas oito Assembleias Sinodais Arciprestais permitiu identificar um conjunto de temas recorrentes, presentes com diferentes acentos nas diversas realidades da Diocese. A sua organização nos nove eixos que se seguem não pretende estabelecer uma hierarquia de importância, mas oferecer uma leitura integrada das principais interpelações pastorais que emergiram da escuta do Povo de Deus. Estes eixos representam desafios, oportunidades e compromissos que poderão orientar o discernimento pastoral da Diocese nos próximos anos.

1. Promover uma Igreja verdadeiramente sinodal

Um dos aspetos mais consensuais das Assembleias Sinodais Arciprestais foi o reconhecimento de que a sinodalidade não pode ser entendida como um processo circunscrito a um determinado momento da vida da Igreja nem como uma metodologia associada exclusivamente ao Sínodo. Pelo contrário, foi reconhecida como uma dimensão constitutiva da identidade e da missão eclesial, chamada a moldar de forma permanente a vida das comunidades.

Em praticamente todos os arciprestados sobressaiu a valorização da experiência proporcionada pelas assembleias. Muitos participantes destacaram que estes encontros lhes permitiram descobrir uma nova forma de participação e de relacionamento eclesial, marcada pela escuta recíproca, pelo diálogo sereno e pelo discernimento comunitário. A possibilidade de cada pessoa partilhar livremente a sua experiência de fé e de ver o seu contributo acolhido foi identificada como um dos frutos mais significativos deste percurso.

Ao mesmo tempo, a reflexão comum tornou evidente que muitas comunidades continuam marcadas por modelos pastorais excessivamente centralizados, nos quais a iniciativa depende quase exclusivamente do pároco ou de um número muito reduzido de colaboradores. Esta realidade limita a participação do conjunto dos fiéis e dificulta o exercício da corresponsabilidade que decorre da dignidade batismal. Daí emergiu o desejo claro de consolidar processos permanentes de consulta, escuta e discernimento, capazes de envolver toda a comunidade na definição das prioridades pastorais.

Nesta perspectiva, a sinodalidade foi compreendida como uma verdadeira conversão do estilo eclesial. Trata-se de passar de uma lógica predominantemente funcional para uma autêntica cultura de comunhão, onde as decisões pastorais sejam fruto de um discernimento partilhado, iluminado pela Palavra de Deus e conduzido pela ação do Espírito Santo. Esta transformação pressupõe atitudes de humildade, disponibilidade para escutar, respeito pela diversidade de sensibilidades e reconhecimento da riqueza dos diferentes carismas presentes na Igreja.

Por conseguinte, considera-se essencial que a prática sinodal seja progressivamente integrada na vida ordinária da Diocese. A realização periódica de assembleias paroquiais, encontros interparoquiais e outros momentos de discernimento comunitário poderá contribuir para consolidar um modo habitual de caminhar juntos, fazendo da experiência agora iniciada uma dimensão permanente da vida e da missão da Igreja.

Sobressaiu igualmente a consciência de que a sinodalidade não se reduz a um modelo de organização ou de gestão pastoral. Antes de mais, constitui uma experiência espiritual que nasce da escuta da Palavra de Deus, da oração e da disponibilidade para discernir, em conjunto, a vontade do Espírito Santo. Caminhar juntos implica aprender a escutar antes de decidir, a dialogar antes de propor soluções e a colocar sempre a missão evangelizadora no centro da vida da comunidade.

A consolidação de uma verdadeira cultura sinodal exigirá tempo, perseverança e formação. Não se trata apenas de introduzir novas estruturas ou procedimentos, mas de promover uma renovação espiritual e pastoral que ajude todas as comunidades a reconhecer na escuta, no discernimento e na corresponsabilidade um modo permanente de viver a comunhão e de participar na missão evangelizadora da Igreja.

2. Reforçar a participação e a corresponsabilidade dos leigos

Da leitura transversal dos contributos recolhidos sobressai a necessidade de promover uma participação mais efetiva dos fiéis leigos na vida e na missão da Igreja. A escuta realizada revelou que, em muitas comunidades, continua a prevalecer uma compreensão demasiado restritiva da vocação laical, frequentemente limitada ao desempenho de tarefas concretas, sem uma participação efetiva nos processos de reflexão, discernimento e definição das opções pastorais.

A reflexão comum evidenciou o desejo de construir comunidades onde todos os batizados se reconheçam verdadeiramente corresponsáveis pela missão evangelizadora. Esta

corresponsabilidade não pode reduzir-se à simples distribuição de funções ou ao preenchimento de necessidades organizativas. Pelo contrário, nasce da consciência de que, pelo Batismo, todos participam, segundo a sua vocação própria, na única missão de Cristo e são chamados a colocar os seus dons e carismas ao serviço da edificação da Igreja.

À luz desta realidade, tornou-se evidente a importância de alargar a participação dos leigos aos diferentes âmbitos da vida eclesial — pastoral, catequético, litúrgico, missionário, social e caritativo — promovendo uma presença ativa não apenas na execução das iniciativas, mas também na sua preparação, discernimento, acompanhamento e avaliação. Uma Igreja verdadeiramente sinodal cresce quando cada batizado encontra espaço para oferecer o seu contributo específico e assume, com liberdade e responsabilidade, a missão que lhe é confiada.

Da escuta realizada emergiu igualmente a necessidade de reconhecer de forma mais plena o contributo da mulher na vida da Igreja. Em diversos arciprestados foi sublinhado que importa valorizar a presença feminina nos processos de discernimento comunitário, na animação pastoral e nas estruturas de participação, reconhecendo a riqueza da sua experiência, da sua sensibilidade e do seu serviço na construção de comunidades mais vivas, acolhedoras e missionárias.

Outro aspeto que mereceu significativa atenção prende-se com a renovação das equipas pastorais e dos diversos ministérios. Em muitas comunidades verifica-se uma concentração prolongada de responsabilidades nas mesmas pessoas, situação que dificulta o aparecimento de novos colaboradores e limita a participação de outros membros da comunidade. Para responder a este desafio, considera-se importante favorecer uma saudável renovação dos serviços e ministérios, acompanhada por processos de formação, acompanhamento e integração de novos agentes pastorais.

Sobressaiu igualmente a necessidade de fortalecer uma relação de confiança recíproca entre sacerdotes e leigos. A corresponsabilidade cresce quando se desenvolve um clima de diálogo, de respeito mútuo e de colaboração fraterna, onde cada ministério é reconhecido na sua especificidade e colocado ao serviço da comunhão e da missão. Esta confiança constitui uma condição indispensável para a construção de comunidades autenticamente sinodais, nas quais todos se sintam chamados a participar, servir e crescer na fé.

Foi amplamente reconhecida a necessidade de reforçar a participação dos leigos em todos os âmbitos da vida e da missão da Igreja. Sublinhou-se a valorização dos diferentes carismas, a renovação dos ministérios, uma maior presença da mulher nos espaços de participação e uma relação de maior confiança e colaboração entre sacerdotes e leigos. Neste contexto, foi igualmente manifestado o desejo de continuar a promover a instituição e valorização dos ministérios laicais, designadamente de catequistas, leitores e acólitos, bem como de outros ministérios e serviços que respondam às necessidades pastorais das comunidades, fortalecendo a corresponsabilidade de todos os batizados na missão da Igreja.

A reflexão realizada permitiu ainda reconhecer que a formação deve integrar uma clara dimensão vocacional. Crianças, adolescentes, jovens e adultos necessitam de ser ajudados a descobrir que toda a vida cristã é resposta a um chamamento de Deus. Neste contexto, torna-se particularmente relevante promover uma autêntica cultura vocacional, capaz de favorecer o discernimento das diferentes vocações — matrimonial, sacerdotal, consagrada e laical — fortalecendo a consciência de que todos são chamados a participar na missão evangelizadora da Igreja.

A corresponsabilidade dos leigos não constitui, por isso, uma simples opção organizativa nem uma resposta à diminuição do número de sacerdotes. Ela exprime uma exigência própria da eclesiologia de comunhão recuperada pelo Concílio Vaticano II e reafirmada pelo magistério recente. Quanto mais cada batizado se reconhecer discípulo missionário e assumir a responsabilidade que lhe é própria, tanto mais a comunidade cristã crescerá como sinal vivo da presença de Cristo no mundo.

3. Investir na formação

Entre as prioridades identificadas pelas Assembleias Sinodais Arciprestais, a formação ocupa um lugar central. Da escuta realizada emergiu a convicção de que muitos dos desafios atualmente vividos pelas comunidades têm origem na insuficiente preparação dos agentes pastorais e na escassez de percursos estruturados de formação permanente. Tornou-se evidente que uma Igreja chamada a viver a sinodalidade necessita de investir continuamente no crescimento humano, espiritual, bíblico, teológico e pastoral de todos os seus membros.

Neste contexto, foi amplamente reconhecida a necessidade de promover uma formação permanente, sistemática e acessível, dirigida não apenas aos catequistas, leitores, acólitos e ministros extraordinários da comunhão, mas igualmente aos membros dos Conselhos Pastorais, dos Conselhos para os Assuntos Económicos, aos grupos corais, movimentos, equipas de pastoral e a todos aqueles que assumem responsabilidades na vida das comunidades. A missão da Igreja exige agentes pastorais preparados, capazes de exercer o seu serviço com competência, espírito de comunhão e profundo sentido eclesial.

A reflexão comum evidenciou igualmente que esta formação deverá integrar de forma equilibrada as diversas dimensões da vida cristã. Para além da necessária preparação técnica para o exercício dos diferentes ministérios, importa favorecer um conhecimento cada vez mais sólido da Sagrada Escritura, da teologia, da liturgia, da Doutrina Social da Igreja, da espiritualidade e da ação pastoral. Só uma formação integral permitirá que os agentes pastorais cresçam na maturidade da fé e respondam com discernimento aos desafios colocados pela sociedade contemporânea.

Sobressaiu também a urgência de investir de modo particular na formação dos adultos. Em diversos arciprestados foi reconhecido que muitas comunidades continuam a centrar os seus esforços quase exclusivamente na catequese da infância e da adolescência, permanecendo insuficientes as propostas destinadas aos adultos. Esta realidade limita o

crescimento da fé e dificulta o aparecimento de novos agentes pastorais capazes de assumir responsabilidades na vida da Igreja.

Em consequência, considera-se prioritário desenvolver itinerários de formação contínua que acompanhem as diferentes etapas da vida cristã, favorecendo o aprofundamento da fé, a leitura orante da Palavra de Deus, a participação consciente na liturgia e uma crescente capacidade de testemunho no contexto familiar, profissional e social. Uma Igreja missionária exige discípulos permanentemente em formação.

A escuta realizada permitiu igualmente identificar a necessidade de reforçar a formação das famílias, reconhecendo nelas o primeiro espaço de transmissão da fé. A ação evangelizadora será tanto mais fecunda quanto mais conseguir apoiar pais e educadores na missão de acompanhar o crescimento humano e espiritual das novas gerações. A renovação pastoral passa inevitavelmente pelo fortalecimento da Igreja doméstica, ajudando as famílias a redescobrirem o seu lugar insubstituível na vida da comunidade cristã.

Especial atenção deverá igualmente ser dedicada à formação dos jovens. Mais do que destinatários da ação pastoral, são chamados a tornar-se protagonistas da missão da Igreja. Para isso, importa proporcionar-lhes percursos que articulem a experiência espiritual, a formação doutrinal, o compromisso comunitário e o serviço aos irmãos, ajudando-os a descobrir na vocação cristã um verdadeiro projeto de vida.

A formação deverá ainda favorecer o desenvolvimento de competências de discernimento pastoral e de trabalho em equipa. A sinodalidade exige comunidades capazes de dialogar, escutar, planificar, avaliar e decidir em conjunto. Estas competências não surgem espontaneamente; necessitam de ser cultivadas através de processos formativos que promovam uma autêntica cultura de participação, corresponsabilidade e comunhão.

Importa igualmente que a Diocese assuma a formação como uma prioridade transversal da sua ação pastoral, garantindo uma oferta estável, articulada e progressiva, capaz de responder às necessidades dos diferentes serviços, ministérios e estados de vida. Mais do que organizar iniciativas pontuais, trata-se de construir um verdadeiro projeto diocesano de formação permanente, sustentado por uma visão integrada da missão evangelizadora.

A formação afirma-se, deste modo, como uma condição indispensável para a renovação pastoral da Diocese. Comunidades mais bem formadas serão comunidades mais conscientes da sua identidade, mais participativas, mais missionárias e mais disponíveis para acolher os desafios do nosso tempo. Investir na formação significa investir na qualidade da evangelização, fortalecer a corresponsabilidade de todos os batizados e preparar a Igreja para responder, com esperança e criatividade, às interpelações que o Espírito Santo continua a dirigir ao Povo de Deus.

4. Dar prioridade aos jovens e às famílias

Entre os diversos desafios identificados ao longo das Assembleias, destacou-se a necessidade de renovar a pastoral juvenil e familiar. Em praticamente todos os

arciprestados foi expressa a preocupação com a reduzida participação dos jovens na vida das comunidades e com a dificuldade em acompanhar as famílias nas diferentes etapas da sua caminhada humana e cristã. Tornou-se evidente que o futuro da Igreja diocesana dependerá, em grande medida, da capacidade de responder a estas realidades com renovado entusiasmo, criatividade pastoral e espírito missionário.

No que respeita aos jovens, emergiu a convicção de que muitos deles continuam à procura de espaços onde possam ser acolhidos, escutados e valorizados. Não raramente manifestam disponibilidade para participar e colaborar, mas sentem dificuldade em encontrar comunidades que lhes confiem responsabilidades e reconheçam o seu protagonismo. A pastoral juvenil é, por isso, chamada a ultrapassar uma lógica de mera organização de atividades, privilegiando processos de acompanhamento que ajudem cada jovem a crescer como discípulo missionário e membro ativo da comunidade cristã.

Perante esta realidade, considera-se prioritário promover uma pastoral juvenil mais participativa, missionária e vocacional, capaz de articular a formação, a oração, o serviço, a convivência fraterna e o compromisso evangelizador. Importa criar espaços onde os jovens possam experimentar a Igreja como comunidade de pertença, descobrir o sentido da própria vocação e participar ativamente na construção do futuro das comunidades.

A reflexão comum destacou igualmente a necessidade de investir na formação e no acompanhamento dos animadores e responsáveis pela pastoral juvenil. Uma pastoral renovada exige educadores preparados, capazes de compreender a realidade das novas gerações, dialogar com a cultura contemporânea e propor itinerários de fé que respondam às inquietações e desafios próprios da juventude.

A pastoral familiar surgiu igualmente como uma prioridade transversal. A família permanece o primeiro espaço onde a fé é anunciada, acolhida e vivida, constituindo uma realidade insubstituível na transmissão dos valores cristãos e na educação das novas gerações. Contudo, as profundas transformações sociais e culturais exigem um acompanhamento pastoral mais próximo, continuado e adaptado às diferentes circunstâncias da vida familiar.

A partir desta constatação, foi amplamente reconhecida a importância de desenvolver percursos de acompanhamento que apoiem as famílias desde a preparação para o matrimónio até às diversas etapas da vida conjugal e familiar. A Igreja é chamada a caminhar ao lado das famílias, oferecendo-lhes formação, escuta, proximidade e apoio espiritual, particularmente nos momentos de maior fragilidade ou dificuldade.

Sobressaiu também a necessidade de envolver de forma mais efetiva os pais na catequese dos filhos. A iniciação cristã não pode ser entendida como uma responsabilidade exclusiva da paróquia ou dos catequistas, mas como uma missão partilhada entre a comunidade cristã e a família. Reforçar esta corresponsabilidade permitirá consolidar a transmissão da fé e favorecer uma participação mais ativa das famílias na vida paroquial.

A escuta realizada revelou ainda a importância de criar propostas pastorais que favoreçam o encontro entre diferentes gerações. Comunidades onde crianças, jovens, adultos e idosos

caminham juntos tornam-se lugares privilegiados de transmissão da fé, de partilha da experiência cristã e de crescimento na comunhão. Esta dimensão intergeracional constitui uma riqueza que importa valorizar e desenvolver.

O futuro das comunidades cristãs dependerá, em grande medida, da capacidade de integrar os jovens e as famílias numa pastoral de proximidade, marcada pela escuta, pelo acompanhamento e pela participação ativa. Mais do que destinatários da ação evangelizadora, são chamados a tornar-se protagonistas da missão da Igreja e sinal de esperança para o futuro da Diocese.

5. Melhorar a comunicação e o trabalho em rede

Da leitura transversal dos contributos recolhidos resulta que a comunicação constitui uma das áreas pastorais que mais necessita de renovação. Em diversos arciprestados tornou-se evidente que a informação nem sempre circula de forma clara, regular e acessível entre os diferentes níveis da vida diocesana, originando desconhecimento de iniciativas, reduzida participação dos fiéis e um sentimento de isolamento entre comunidades que enfrentam desafios semelhantes.

Esta realidade evidencia que a comunicação não constitui apenas uma dimensão organizativa da pastoral, mas uma condição essencial para fortalecer a comunhão e favorecer uma verdadeira corresponsabilidade eclesial. Uma Igreja sinodal cresce na medida em que os seus membros comunicam entre si, partilham experiências, escutam-se mutuamente e caminham em torno de um projeto pastoral comum.

Perante estes desafios, sobressaiu a necessidade de desenvolver uma estratégia de comunicação mais integrada, capaz de chegar às diferentes comunidades e aos diversos públicos. Para além da valorização dos meios tradicionais de comunicação paroquial, foi amplamente defendida uma utilização mais consistente das plataformas digitais, das redes sociais e de outras ferramentas tecnológicas, assegurando uma divulgação mais eficaz das iniciativas pastorais e facilitando o acesso à informação, sobretudo por parte das gerações mais jovens.

Contudo, comunicar significa muito mais do que transmitir notícias ou anunciar atividades. A comunicação constitui um verdadeiro exercício de comunhão. Sempre que promove o encontro, favorece a participação e fortalece a confiança recíproca, torna-se um instrumento privilegiado da missão evangelizadora. Por isso, a Diocese é chamada a cultivar uma cultura comunicativa marcada pela proximidade, pela transparência, pela escuta e pelo diálogo permanente.

A escuta realizada revelou igualmente a importância de reforçar os canais de comunicação entre o Senhor Bispo, os serviços diocesanos, os arciprestados, os párocos e as comunidades. Uma comunicação mais próxima facilitará a receção das orientações pastorais, favorecerá uma maior identificação dos fiéis com o projeto diocesano e fortalecerá o sentido de pertença à Igreja local.

Da mesma forma, tornou-se evidente a necessidade de consolidar uma verdadeira cultura de trabalho em rede. A colaboração entre paróquias, arceprestados, serviços diocesanos, movimentos e organismos pastorais permitirá uma melhor partilha de recursos humanos, materiais e formativos, evitando duplicações de esforços e potenciando iniciativas comuns ao serviço da evangelização.

Assim, foi valorizada a realização periódica de encontros entre os diversos agentes pastorais. Estes momentos constituem oportunidades privilegiadas para o conhecimento mútuo, a partilha de boas práticas, o discernimento conjunto e a construção de projetos pastorais comuns, favorecendo uma maior unidade de ação em toda a Diocese.

A reflexão comum evidenciou ainda a importância de fortalecer a articulação entre os diferentes ministérios e serviços — catequese, liturgia, pastoral juvenil, pastoral familiar, pastoral social, Cáritas, grupos corais, leitores, ministros extraordinários da comunhão e demais estruturas pastorais. Quando cada grupo atua de forma isolada, empobrece-se a missão comum; quando aprende a colaborar e a planificar em conjunto, toda a comunidade beneficia da riqueza dos diferentes carismas.

Importa igualmente promover uma cultura de comunicação que não se limite ao interior das comunidades cristãs. A Igreja é chamada a dialogar com a sociedade, tornando visível a riqueza da sua ação evangelizadora, social e cultural. Comunicar bem significa também testemunhar, de forma credível, a esperança do Evangelho junto daqueles que habitualmente permanecem afastados da vida eclesial.

Uma comunicação aberta, participativa e missionária constitui, por isso, uma dimensão indispensável da sinodalidade. Mais do que assegurar a circulação de informação, contribui para criar relações, fortalecer a comunhão, favorecer a corresponsabilidade e consolidar uma identidade diocesana cada vez mais unida na missão. Só uma Igreja que comunica de forma transparente, dialogante e fraterna poderá responder, com renovado dinamismo, aos desafios da evangelização no mundo contemporâneo.

6. Renovar as estruturas de participação

Um dos desafios mais frequentemente identificados nas Assembleias foi a necessidade de renovar as estruturas de participação. A sinodalidade não pode depender apenas da boa vontade das pessoas ou de iniciativas ocasionais; necessita de espaços estáveis onde a escuta, o discernimento e a corresponsabilidade possam ser vividos de forma regular e consistente.

Neste quadro pastoral, emergiu com particular clareza a necessidade de revitalizar os Conselhos Pastorais Paroquiais. Em numerosas comunidades foi reconhecido que estes organismos permanecem inexistentes ou apresentam um funcionamento reduzido, limitando a participação dos fiéis na reflexão, na programação e na avaliação da ação pastoral. A ausência destes espaços dificulta o exercício da corresponsabilidade batismal e impede que sacerdotes, consagrados e leigos caminhem verdadeiramente juntos na definição das prioridades pastorais.

Assim, considera-se prioritário promover a criação ou revitalização dos Conselhos Pastorais Paroquiais, assegurando uma representação alargada das diversas sensibilidades, ministérios, movimentos e serviços presentes em cada comunidade. Estes organismos deverão afirmar-se como autênticos lugares de discernimento comunitário, onde a diversidade dos carismas se coloque ao serviço da unidade e da missão da Igreja.

A reflexão comum reconheceu, contudo, que nem todas as comunidades reúnem atualmente as condições necessárias para constituir de imediato um Conselho Pastoral plenamente operativo. Nestas situações, propõe-se a criação de equipas dinamizadoras ou comissões instaladoras, compostas por membros representativos da vida paroquial, que possam preparar progressivamente esse caminho. Caber-lhes-á fomentar processos de escuta, dinamizar a participação da comunidade, acompanhar a implementação das orientações pastorais e criar as condições necessárias para a futura constituição dos Conselhos Pastorais.

Desta forma, a criação destes organismos deixará de ser entendida como o simples cumprimento de uma norma canónica ou administrativa, passando a constituir um verdadeiro processo de crescimento comunitário, sustentado pela participação, pela formação e pelo discernimento.

Sobressaiu igualmente a importância de elaborar os planos pastorais através de processos amplamente participados, envolvendo sacerdotes, diáconos, consagrados e leigos num verdadeiro exercício de discernimento comunitário. A planificação pastoral deixará assim de ser uma responsabilidade reservada a um pequeno grupo, tornando-se expressão da corresponsabilidade de todo o Povo de Deus.

Neste horizonte, os Conselhos Pastorais e as equipas dinamizadoras não deverão ser entendidos apenas como estruturas organizativas. Antes de mais, são instrumentos ao serviço da comunhão, da participação e da missão. A sua eficácia dependerá menos da sua configuração jurídica e mais da capacidade de promover uma autêntica cultura de escuta, diálogo, corresponsabilidade e discernimento comunitário.

A renovação das estruturas pastorais constitui, por isso, uma expressão concreta da conversão sinodal a que toda a Diocese é chamada. Renovar estruturas significa criar condições para que todos os batizados encontrem espaços reais de participação e assumam, segundo a sua vocação e os seus carismas, a responsabilidade comum pela missão evangelizadora da Igreja. Só deste modo as comunidades poderão crescer como verdadeiras escolas de comunhão, onde a diversidade se transforma em riqueza e a corresponsabilidade se torna um testemunho credível do Evangelho.

7. Construir comunidades mais acolhedoras e missionárias

Entre as interpelações que atravessaram todo o processo sinodal, destacou-se o apelo à construção de comunidades mais acolhedoras e missionárias. Em diversos momentos da reflexão foi reconhecido que muitas pessoas não se afastam da comunidade cristã por falta

de fé, mas porque nem sempre encontram uma Igreja capaz de acolher, escutar, acompanhar e integrar as suas realidades concretas.

Perante esta realidade, tornou-se evidente que a comunidade cristã é chamada a afirmar-se como um verdadeiro espaço de hospitalidade evangélica, onde cada pessoa possa sentir-se conhecida pelo nome, respeitada na sua dignidade e valorizada pelos dons que traz consigo. A cultura do acolhimento não pode limitar-se aos momentos celebrativos, mas deve marcar o modo habitual de viver as relações comunitárias, tornando cada paróquia uma casa aberta a todos.

Da reflexão comum emergiu a proposta de constituir equipas de acolhimento preparadas para receber aqueles que participam nas celebrações litúrgicas e nas diversas iniciativas pastorais. A sua missão ultrapassa a simples organização das celebrações; pretende criar um ambiente de proximidade, disponibilidade e fraternidade, favorecendo a integração de quem chega e fortalecendo o sentido de pertença à comunidade.

A pastoral da proximidade destacou-se igualmente como uma prioridade. Sobressaiu a necessidade de acompanhar com maior atenção os idosos, os doentes, as pessoas em situação de solidão, as famílias fragilizadas e todos aqueles que, por diferentes razões, vivem afastados da participação regular na vida da Igreja. A comunidade cristã é chamada a tomar a iniciativa de ir ao encontro destas pessoas, tornando visível a solicitude de Cristo pelos mais frágeis.

Perante este desafio, foi amplamente valorizada a criação de grupos paroquiais de visitantes, constituídos por leigos devidamente preparados e articulados com o pároco, os Ministros Extraordinários da Comunhão e os restantes serviços pastorais. Para além de levarem a Comunhão aos que a desejem, estes grupos poderão exercer uma presença fraterna junto dos mais vulneráveis, escutando, confortando, fortalecendo os laços comunitários e identificando situações que reclamem uma resposta solidária da paróquia.

A proximidade pastoral foi igualmente entendida como uma oportunidade para fortalecer a ligação entre aqueles que, devido à idade ou à doença, permanecem limitados nas suas deslocações e a restante comunidade cristã. Manter viva esta pertença constitui uma expressão concreta da comunhão eclesial e recorda que ninguém deixa de fazer parte da Igreja por causa da fragilidade.

A liturgia ocupou igualmente um lugar de destaque na reflexão comum. A celebração da fé deverá constituir uma verdadeira experiência de encontro com Cristo e de comunhão entre os irmãos. Para isso, torna-se necessário investir na qualidade da proclamação da Palavra, da música litúrgica, da preparação das celebrações e da formação dos diversos ministérios, favorecendo uma participação cada vez mais ativa, consciente e frutuosa de toda a assembleia.

Neste contexto, sublinhou-se igualmente a necessidade de redescobrir e valorizar o domingo como o coração da vida cristã e da comunidade. Mais do que multiplicar celebrações, importa favorecer uma vivência mais profunda, consciente e participada da Eucaristia dominical, reconhecendo nela a fonte e o cume da vida da Igreja e o principal

momento de encontro da comunidade cristã. Neste sentido, salientou-se a importância de promover assembleias verdadeiramente significativas, acolhedoras e envolventes, preparadas com cuidado e vividas com autenticidade, capazes de expressar a unidade do Povo de Deus, fortalecer os laços comunitários, suscitar um renovado sentido de pertença e alimentar o dinamismo missionário das comunidades.

Foi igualmente reconhecida a importância de valorizar as celebrações dominicais da Palavra nas comunidades onde não seja possível a celebração frequente da Eucaristia. Quando devidamente preparadas, estas celebrações permitem manter viva a identidade comunitária, alimentam a fé dos fiéis e fortalecem a comunhão entre as diversas paróquias da Diocese.

A reflexão desenvolvida revelou ainda que a missão da Igreja não pode permanecer circunscrita ao espaço do templo. A comunidade cristã é chamada a sair ao encontro das pessoas nos lugares onde vivem, trabalham, estudam e convivem. Esta pastoral de proximidade traduz-se na realização de iniciativas missionárias, pequenos grupos de partilha, momentos de oração, ações solidárias e outras formas de presença junto daqueles que habitualmente permanecem afastados da vida eclesial.

Esta dimensão missionária não constitui uma atividade entre outras, mas exprime a própria natureza da Igreja. Uma comunidade verdadeiramente acolhedora é, inevitavelmente, uma comunidade missionária. Não espera apenas que as pessoas venham ao seu encontro; toma a iniciativa de as procurar, testemunhando através da proximidade, da escuta, do serviço e da fraternidade a alegria transformadora do Evangelho.

Sobressaiu igualmente a importância de fortalecer a pastoral social, promovendo uma articulação mais estreita entre as paróquias, a Cáritas e os diversos organismos eclesiais que trabalham junto das pessoas mais vulneráveis. A caridade, enquanto expressão concreta da fé, deverá permanecer no centro da ação evangelizadora, tornando visível o rosto misericordioso de Cristo.

Por fim, tornou-se evidente que as comunidades desejam ser cada vez mais próximas das pessoas, capazes de acompanhar os seus percursos humanos e espirituais, de partilhar as suas alegrias e sofrimentos e de construir relações autênticas. É nesta Igreja próxima, samaritana e missionária que muitos participantes reconhecem o caminho de renovação pastoral para a Diocese de Vila Real.

8. Promover a unidade e diversidade na fidelidade à missão

Da escuta das comunidades emergiu uma convicção amplamente partilhada: o futuro da Diocese passa pelo fortalecimento da comunhão entre as suas paróquias e serviços pastorais. Embora cada paróquia possua uma identidade própria, marcada pela sua história, tradições e riqueza pastoral, tornou-se evidente que os desafios atuais exigem uma visão mais integrada da missão da Igreja, capaz de superar o isolamento e de favorecer uma verdadeira pastoral de conjunto.

As profundas transformações demográficas, sociais e eclesiais que atravessam o território diocesano, bem como a mobilidade das populações, a diminuição do número de agentes pastorais e a crescente complexidade da ação evangelizadora, interpelam a Diocese a desenvolver formas renovadas de colaboração entre paróquias, arciprestados e serviços diocesanos. Caminhar juntos deixou de ser apenas um ideal; constitui hoje uma necessidade pastoral e uma exigência da própria missão da Igreja.

Neste horizonte, emergiu a convicção de que importa reforçar uma identidade diocesana cada vez mais consciente da comunhão que une todas as comunidades. A diversidade das paróquias não representa um obstáculo à unidade; pelo contrário, constitui uma riqueza que, quando vivida em espírito sinodal, contribui para tornar mais fecunda a ação evangelizadora.

A escuta realizada evidenciou igualmente a necessidade de promover uma maior harmonização dos critérios pastorais em toda a Diocese. Em diversos arciprestados foi manifestado o desejo de que as orientações diocesanas sejam conhecidas, acolhidas e aplicadas de forma coerente, favorecendo uma resposta pastoral mais consistente e fortalecendo o sentido de pertença a uma única Igreja diocesana.

Esta preocupação revelou-se particularmente significativa no âmbito da iniciação cristã, da catequese e da celebração dos sacramentos. Persistem ainda diferenças relevantes entre comunidades relativamente aos percursos catequéticos, à preparação sacramental e aos critérios pastorais adotados, gerando, por vezes, incompreensão entre os fiéis e fragilizando a percepção de unidade pastoral.

Neste contexto, considera-se particularmente importante consolidar itinerários comuns para a iniciação cristã, assegurando que todas as comunidades desenvolvam os seus percursos catequéticos em sintonia com as orientações nacionais e diocesanas. A catequese deverá ser compreendida, cada vez mais, como um verdadeiro caminho de discipulado, conduzindo à integração plena na vida da comunidade e não apenas à preparação imediata para a receção dos sacramentos.

Uma atenção particular foi dedicada ao Sacramento da Confirmação. Da reflexão comum emergiu a necessidade de promover uma maior convergência quanto à idade da celebração, aos percursos de preparação e aos critérios de admissão, valorizando o Crisma como culminar da iniciação cristã e ponto de partida para um compromisso mais profundo na vida da Igreja. Simultaneamente, foi amplamente reconhecida a importância de criar propostas concretas que assegurem o acompanhamento dos jovens após a celebração deste sacramento, favorecendo a continuidade da sua participação na comunidade cristã.

A harmonização dos critérios pastorais deverá igualmente abranger outros âmbitos da vida eclesial, como a preparação para o matrimónio, a pastoral litúrgica, os itinerários de formação e as diversas práticas pastorais da Diocese. A existência de orientações comuns não limita a criatividade das comunidades; pelo contrário, fortalece a unidade da ação evangelizadora e favorece uma resposta pastoral mais credível e coerente.

Sobressaiu igualmente a importância de promover encontros interparoquiais, arceprestais e diocesanos que fortaleçam o conhecimento mútuo, a partilha de experiências e a colaboração entre os diversos agentes pastorais. Estes momentos constituem oportunidades privilegiadas para cultivar a comunhão, discernir desafios comuns, partilhar boas práticas e desenvolver projetos missionários que ultrapassem os limites de cada paróquia.

Neste contexto, a criação e consolidação das futuras Unidades Pastorais assumem um papel particularmente relevante. A escuta realizada evidenciou a necessidade de avançar, de forma gradual e prudente, para esta reorganização pastoral, não apenas como resposta à diminuição do número de sacerdotes, mas sobretudo como uma oportunidade para fortalecer a comunhão entre comunidades, favorecer a partilha de recursos humanos e pastorais e promover uma ação evangelizadora mais articulada e eficaz.

As futuras Unidades Pastorais poderão tornar-se verdadeiros laboratórios de sinodalidade. Preservando a identidade própria de cada paróquia, favorecerão o planeamento pastoral conjunto, a formação comum dos agentes, a celebração partilhada da fé, a coordenação das iniciativas missionárias e caritativas e uma maior colaboração entre comunidades, contribuindo para consolidar uma pastoral de conjunto capaz de responder com criatividade e eficácia aos desafios atuais.

Importa, contudo, recordar que a unidade pastoral não significa uniformidade. A comunhão eclesial cresce precisamente quando reconhece e valoriza a diversidade dos carismas, das tradições e das experiências presentes nas diferentes comunidades. Caminhar juntos significa colocar essa diversidade ao serviço de um único projeto evangelizador, construindo uma Diocese mais unida, mais missionária e mais fiel ao Evangelho.

A promoção de uma maior unidade pastoral constitui, assim, uma das expressões mais concretas da sinodalidade. Quanto mais as comunidades aprenderem a discernir, planificar e evangelizar em conjunto, mais credível será o testemunho da Igreja e maior será a sua capacidade de responder, com esperança e criatividade, aos desafios do nosso tempo.

9. Garantir maior transparência e boa governação

Um dos sinais de maturidade eclesial mais valorizados durante o processo sinodal foi a necessidade de promover uma cultura de transparência, responsabilidade e boa governação. A boa governação não constitui apenas uma exigência de natureza administrativa; exprime uma forma concreta de testemunhar o Evangelho através da honestidade, da corresponsabilidade e da confiança recíproca entre todos os membros da comunidade.

Da escuta realizada emergiu a convicção de que uma gestão clara dos recursos económicos, uma comunicação transparente das decisões e uma administração responsável fortalecem a comunhão e contribuem para consolidar a credibilidade da Igreja. A transparência foi entendida como expressão da fidelidade ao Evangelho e como

condição indispensável para promover uma cultura de participação, de confiança e de corresponsabilidade.

Em consequência, considera-se importante reforçar os mecanismos de prestação de contas nas comunidades paroquiais, assegurando que os fiéis sejam regularmente informados sobre a gestão económica, a conservação do património e a aplicação dos recursos colocados ao serviço da evangelização, da liturgia, da formação e da ação caritativa. Esta prática favorece uma participação mais consciente da comunidade e fortalece o sentido de pertença e de responsabilidade partilhada.

A reflexão comum evidenciou igualmente a necessidade de harmonizar procedimentos administrativos e pastorais em toda a Diocese, promovendo critérios claros e comuns que assegurem maior coerência na organização da vida paroquial. Particular atenção foi dada à definição de orientações comuns relativamente aos estipêndios, ofertas e contributos associados à celebração dos sacramentos e das exéquias. A existência de critérios transparentes e uniformes contribuirá para evitar desigualdades entre comunidades, reforçando a confiança dos fiéis e o sentido de justiça e equidade.

Sobressaiu igualmente a importância de valorizar o papel dos Conselhos Pastorais Paroquiais e dos Conselhos para os Assuntos Económicos, promovendo o seu envolvimento efetivo na reflexão, no acompanhamento e na avaliação das principais decisões da vida comunitária. Estes organismos não deverão limitar-se a funções consultivas formais, mas constituir verdadeiros espaços de participação, discernimento e corresponsabilidade, favorecendo uma cultura de governação partilhada.

A boa governação implica igualmente desenvolver processos regulares de planeamento, acompanhamento e avaliação da ação pastoral. Uma Igreja sinodal é chamada a discernir em conjunto, mas também a avaliar o caminho percorrido, reconhecendo os progressos alcançados, identificando as dificuldades encontradas e redefinindo prioridades sempre que necessário. A cultura da avaliação não deve ser entendida como um mecanismo de controlo, mas como um instrumento de aprendizagem comunitária e de conversão pastoral permanente.

Da mesma forma, torna-se importante promover uma formação específica para todos aqueles que assumem responsabilidades de coordenação e liderança nas comunidades cristãs. O exercício da autoridade exige competências humanas, espirituais e pastorais que permitam servir com humildade, favorecer a participação de todos e criar um clima de confiança, diálogo e corresponsabilidade.

Na Igreja, governar significa antes de tudo servir. O exercício da autoridade inspira-se no exemplo de Cristo, Bom Pastor, que conduz o seu povo através da proximidade, da escuta e da entrega da própria vida. A autoridade eclesial realiza plenamente a sua missão quando promove a comunhão, valoriza os diferentes carismas e cria condições para que cada batizado possa participar ativamente na missão evangelizadora.

A transparência, a prestação de contas, a participação e a corresponsabilidade afirmam-se, assim, como dimensões inseparáveis de uma autêntica cultura sinodal. Mais do que

requisitos de uma boa organização, constituem expressões concretas de uma Igreja que deseja viver segundo o Evangelho, fortalecendo a confiança das comunidades e oferecendo ao mundo um testemunho credível de comunhão, serviço e esperança.

Conclusão

As Assembleias Sinodais Arciprestais constituíram um momento particularmente significativo da vida da Diocese de Vila Real. Mais do que um conjunto de encontros destinados à recolha de contributos, representaram uma autêntica experiência eclesial de escuta, oração, discernimento e comunhão, permitindo que o Povo de Deus refletisse conjuntamente sobre os desafios do presente e os caminhos que o Espírito Santo continua a abrir para o futuro.

Ao longo deste percurso tornou-se evidente a profunda disponibilidade das comunidades para assumir um estilo cada vez mais sinodal de viver a fé e a missão. Apesar da diversidade das realidades pastorais, verificou-se uma notável convergência quanto às prioridades identificadas: fortalecer a participação corresponsável dos leigos, investir decididamente na formação, revitalizar as estruturas de participação, acompanhar de forma mais próxima os jovens e as famílias, promover uma comunicação mais eficaz, consolidar comunidades acolhedoras e missionárias, reforçar a unidade pastoral e desenvolver uma cultura de transparência, serviço e boa governação.

Mais do que um conjunto de propostas, estas prioridades exprimem um verdadeiro horizonte de renovação pastoral. A sua concretização exigirá perseverança, formação, capacidade de discernimento e um compromisso renovado de toda a Diocese. A renovação das estruturas será insuficiente se não for acompanhada por uma renovação das atitudes, das relações e da forma de exercer a missão. A sinodalidade não se reduz à criação de novos organismos nem à realização periódica de encontros; traduz-se, antes de mais, numa espiritualidade de comunhão que aprende a escutar, a dialogar, a discernir e a caminhar em conjunto sob a ação do Espírito Santo.

Neste contexto, assume particular importância garantir a continuidade do caminho agora iniciado. A realização periódica de assembleias paroquiais, interparoquiais, arciprestais e diocesanas, bem como a avaliação regular das opções pastorais assumidas, permitirá consolidar uma verdadeira cultura sinodal, acompanhar a implementação das prioridades identificadas e discernir os novos desafios que a realidade vier a colocar à missão evangelizadora da Diocese.

De igual modo, torna-se indispensável investir de forma consistente na formação de sacerdotes, diáconos, consagrados e leigos, favorecendo o crescimento de comunidades cada vez mais conscientes da sua identidade batismal e da corresponsabilidade que decorre da participação na missão de Cristo. Uma Igreja sinodal não nasce espontaneamente; constrói-se através de um caminho paciente de conversão espiritual, de amadurecimento pastoral e de aprendizagem permanente da comunhão.

Importa igualmente reconhecer, com gratidão, a generosidade de todos aqueles que participaram neste percurso sinodal. Sacerdotes, consagrados e, de modo muito

significativo, numerosos fiéis leigos ofereceram tempo, disponibilidade e experiência, contribuindo com sinceridade para o discernimento comum. Ao longo das assembleias tornou-se visível a riqueza humana, espiritual e pastoral das comunidades da Diocese, bem como a dedicação silenciosa de tantos agentes pastorais que, diariamente, anunciam o Evangelho através da catequese, da liturgia, da caridade e de múltiplos serviços e ministérios. A partilha de numerosas experiências positivas, iniciativas missionárias e boas práticas confirmou que o Espírito Santo continua a suscitar dinamismos de renovação e esperança nas comunidades cristãs, oferecendo uma base sólida sobre a qual poderá continuar a construir-se o futuro pastoral da Diocese.

A riqueza da escuta realizada ao longo das Assembleias Sinodais Arciprestais constitui, talvez, o sinal mais eloquente da esperança que habita esta Igreja diocesana. A disponibilidade manifestada pelos participantes, a qualidade das reflexões partilhadas e o desejo comum de caminhar juntos revelam uma Diocese viva, consciente da sua missão e aberta à ação renovadora do Espírito Santo.

Importa agora transformar a riqueza desta escuta em opções pastorais concretas. O verdadeiro fruto do processo sinodal não se medirá pelo número de encontros realizados nem pela quantidade de propostas recolhidas, mas pela capacidade de converter estas intuições em escolhas pastorais que renovem efetivamente a vida das comunidades, fortaleçam a comunhão e tornem mais credível o testemunho do Evangelho no território diocesano.

A presente síntese pretende precisamente servir esse propósito. Não constitui um ponto de chegada nem encerra o discernimento realizado. É, antes, um instrumento de trabalho colocado ao serviço da Diocese, destinado a inspirar o planeamento pastoral dos próximos anos e a favorecer um processo contínuo de renovação e conversão missionária.

Como recorda o Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, “a sinodalidade é, antes de mais, uma disposição espiritual que permeia a vida quotidiana dos Batizados e todos os aspetos da missão da Igreja”¹². Também a Diocese de Vila Real é hoje chamada a assumir este horizonte como critério da sua vida pastoral, fazendo da comunhão, da participação e da missão não apenas objetivos a alcançar, mas o estilo quotidiano da sua presença evangelizadora.

Confiando este caminho à intercessão de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da Diocese, e acolhendo com esperança a ação do Espírito Santo, a Igreja de Vila Real renova o compromisso de continuar a caminhar unida, reconhecendo que cada batizado possui um lugar insubstituível na construção da comunidade cristã e na missão de anunciar o Evangelho.

Que esta síntese não permaneça apenas como memória de um percurso realizado, mas se transforme num verdadeiro instrumento de renovação pastoral, ajudando todas as

¹² Cf. XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, *Documento Final da Segunda Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos: Para uma Igreja Sinodal. Comunhão, Participação, Missão* (Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2024), n.os 9 e 43.

comunidades da Diocese a crescer na comunhão, na participação e na missão. Que o dinamismo sinodal suscitado por este processo continue a produzir frutos duradouros, tornando cada paróquia um espaço vivo de escuta, discernimento, corresponsabilidade e anúncio do Evangelho.

Assim, fortalecida pela ação do Espírito Santo e fiel ao mandato de Cristo, a Diocese de Vila Real poderá continuar a caminhar com esperança, testemunhando, no seu território, uma Igreja cada vez mais sinodal, missionária e próxima de todas as pessoas.

Vila Real, 17 de julho de 2026

A Equipa Sinodal da Diocese de Vila Real